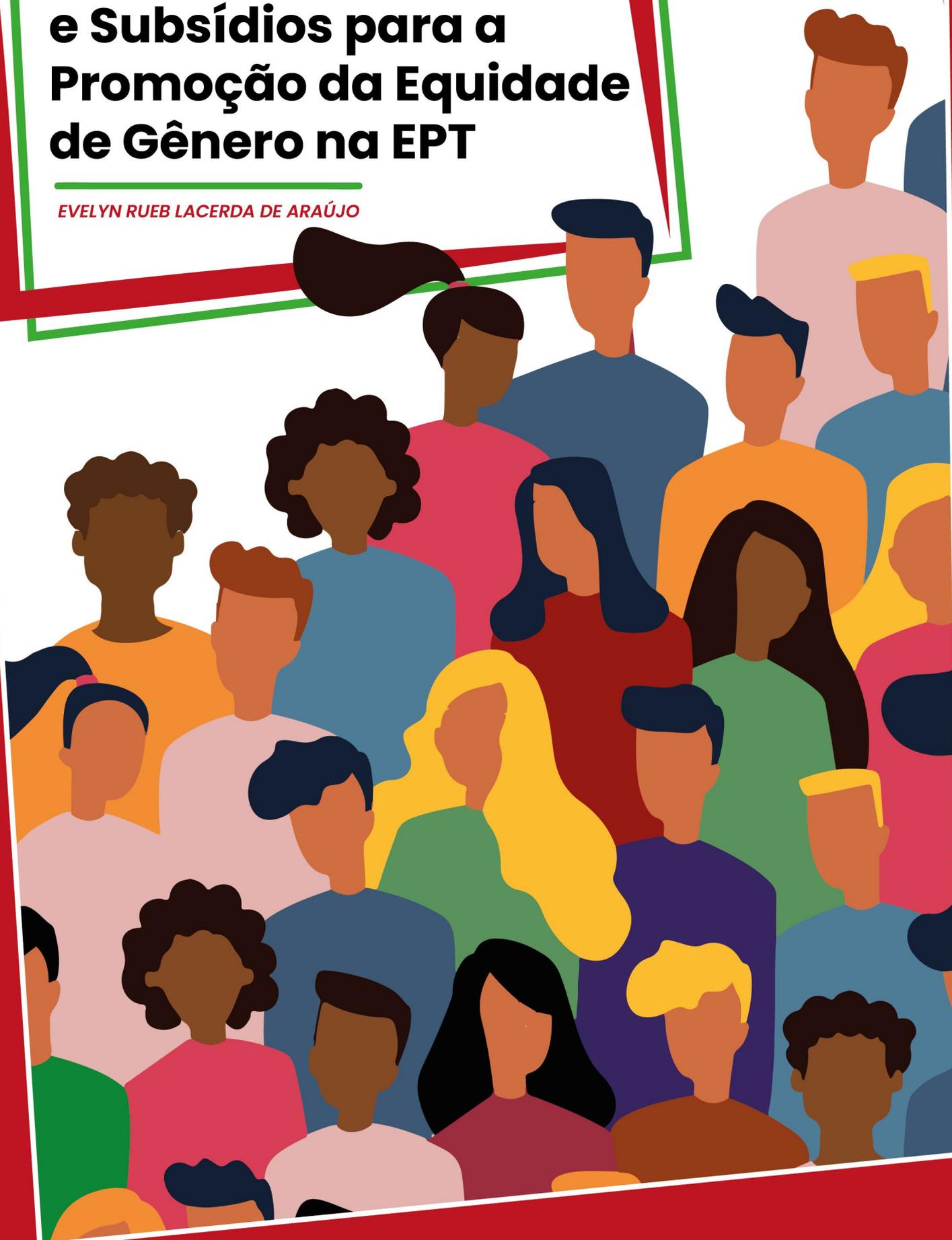


# Concepções, Desafios e Subsídios para a Promoção da Equidade de Gênero na EPT

*EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO*



# Ficha técnica

## Editorial

Textos: Evelyn Rueb Lacerda de Araújo

Revisão: Julio Cezar Pinheiro de Oliveira

Para qualquer dúvida, entre em contato pelo e-mail:  
evelynruebaraujo@gmail.com

## Visual

Projeto Gráfico e diagramação: Claudia Marcia Alves Ferreira

Ilustrações: Freepik

Adaptação das ilustrações: Claudia Marcia Alves Ferreira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal Fluminense

### Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663c

Araújo, Evelyn Rueb Lacerda, 1986-.

Concepções, desafios e subsídios para a promoção da equidade de gênero na EPT/ Evelyn Rueb Lacerda Araújo, Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira. — Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

29 p. : il. color.

ISBN: 978-65-00-53637-9

Produto educacional proveniente da dissertação intitulada: Educação Profissional e Tecnológica em uma perspectiva de gênero: reflexões históricas e atuais nos Cursos Técnicos do Instituto Federal Fluminense (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

Referências: p. 26-28.

1. Ensino Profissional. 2. Mulheres – Educação – Brasil - História 3. Mulheres – Condições sociais. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - História. 5. Igualdade na Educação. I. Oliveira, Júlio Cezar Pinheiro de, 1980-. orient. II. Título.

CDD 373.246

(23. ed.)

Bibliotecária-Documentalista | Verônica G. Borges Nogueires | CRB-7/5702

# Concepções, Desafios e Subsídios para a Promoção da Equidade de Gênero na EPT

*EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO*



# Sumário

Apresentação

05

Gênero como construção social

06

Gênero e EPT no Brasil

12

Por que abordar gênero no contexto da EPT?

19

Referências Bibliográficas

26





# Apresentação

Prezados leitores,

Esta cartilha foi elaborada a partir de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense. Ela tem por objetivo contribuir para a readequação dos ambientes escolares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) objetivando tornar estes mesmos ambientes espaços mais democratizados em relação às oportunidades de gênero, buscando, sobretudo, desconstruir as relações de desigualdade estabelecidas ao longo da história da Educação e, mais especificamente, da EPT.

O material foi elaborado a partir de informações sobre a desigualdade de gênero no Brasil e de que forma a escola e as ações educativas no contexto da EPT podem promover mudanças, desenvolvendo estratégias para combater a discriminação e promover a equidade de gênero ao subsidiar a prática docente para uma ação mais inclusiva. Portanto, a cartilha é destinada principalmente aos professores e gestores da educação, porém não se limita a esse público.

A inclusão de temáticas de gênero é imprescindível na educação, pois crianças, adolescentes e adultos brasileiros são frequentemente excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa das desigualdades, sendo a de gênero uma delas. A participação da professora e do professor são necessárias para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reprodutor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades.

Portanto, a promoção da equidade de gênero na escola é totalmente oportuna e urgente, sendo o ambiente escolar o espaço onde a consciência deve ser trabalhada visando a formação humana integral e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária por meio de uma forma de educar que leve à reflexão – inclusive dos educadores, ao empoderamento, à eliminação das desigualdades, à liberdade e à emancipação das nossas meninas.



# Gênero como construção social



A temática que discute os que condicionam as desigualdades de gênero vem ganhando força junto aos meios científicos e acadêmicos nos últimos anos, refletindo um campo de lutas aberto em prol de avanços fundamentais junto aqueles que desejam uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, as relações sociais desiguais e hierarquizadas constituídas ao longo dos anos, desde a escravidão, nos põe frente a um contexto de injustiça social principalmente de gênero e etnia. Grupos oprimidos como indígenas, negros, mulheres e pobres sempre estiveram associados a uma forte carga de estigmatização, o que reforça a estrutura social e econômica desigual do Brasil. Neste capítulo vamos nos concentrar em uma forma de relação desigual de poder e dominação que marca a sociedade brasileira, a relação de gênero.

### *Mas antes de continuarmos, o que é gênero?*



Scott (1991) ao discutir sobre o tema em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” defendeu o conceito de gênero como categoria analítica que se refere às relações sociais estabelecidas entre os diferentes sexos. O termo gênero incluiu o sexo biológico, mas não é determinado por ele e nem tampouco ele determina a sexualidade. O uso do termo que faremos aqui indicam este caminho de conceituação de gênero como construção cultural, baseada na ideia de criação social dos papéis que seriam adequados para homens para e mulheres.

Para falarmos de desigualdade de gênero, precisamos perceber que ela acontece porque, a longo da história, as mulheres foram marcadas pela força de uma **ideologia** que supõe uma “natureza feminina”, a qual atribui às mulheres características naturalmente passivas, submissas, inferiores quando comparadas aos homens e que trazem como consequência, até os dias de hoje, processos muito marcadamente desiguais nos campos educacional, social, econômico e político.

#### *É o que é ideologia?*

No senso comum, são discursos, teorias ou conjunto de ideias.

Na visão crítica da Sociologia, ideologia seria um conjunto de ideias criado por uma classe para manter a aparente legitimidade de um sistema de dominação.



*Uso do termo “Ideologia de gênero” como artefato de mobilização política moralmente regressiva*

Ganhou força no Brasil, sobretudo a partir das eleições presidenciais do ano de 2018, o uso do termo “Ideologia de Gênero”, com o objetivo de mobilização política reacionária e fundamentalista e alinhado a um projeto de poder. Para Junqueira (2018), essa mobilização está orientada a conter “avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos não negociáveis”.

Dessa forma, discursos inflamados são usados como forma de criar “pânico moral”, por meio de “estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma cruzada em defesa da família tradicional”. Endossada por grupos religiosos, essa corrente de pensamento defende que grupos como feministas, políticos de esquerda, pessoas LGBTQs, ateus estariam empenhados em difundir essa “Ideologia de Gênero”, sobretudo nas escolas.

Porém, esse discurso - marcadamente anti gênero - frente aos avanços nas discussões nesse campo, se dedica a promover a restauração da ordem sexual tradicional e sua hegemonia, reafirmando sistemas de poder e estruturas de privilégios masculinos, brancos, cristãos e heterossexuais.

Além disso, de acordo com Schibelinski (2020), a expressão “Ideologia de Gênero” nunca foi “empregada em nenhum plano de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal, nem é sequer reconhecida como conceito acadêmico no interior das Ciências Humanas”.

É preciso reafirmar que a escola é, portanto, lugar de promoção de igualdade, de inclusão, de diversidade e de formação da consciência crítica, que não é natural a posição de subordinação das mulheres, mas sim uma construção cultural.

É preciso destacar também, quando falamos sobre desigualdade de gênero, a interseccionalidade:

Interseccionalidade é a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Segundo Hirata (2014), ela “refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”. Além de reconhecer que existem diferentes sistemas de opressão, defende que esses sistemas interagem e reproduzem as desigualdades sociais. Ou seja, mulheres brancas não experimentam as mesmas forças opressivas que as mulheres negras.

*De onde vem essa ideologia que supõe uma “natureza feminina”?*

Pensadores que exerceram influência importante na sociedade no século XIX, como Hegel e Auguste Comte, reforçavam a ideologia de natureza inferior da mulher e justificavam sua condição de dominação.

Comte acreditava em uma inaptidão do sexo feminino para a administração, mesmo da família, por estarem “em um estado infantil contínuo” e que, por esse motivo, a família e a casa não poderiam ser entregues a elas sem controle, mas dentro de limites estabelecidos por homens.

Hegel (apud Cisne 2014) defendeu a “vocação natural dos sexos”, dizendo que:

“A diferença que há entre o homem e a mulher é a mesma que há entre um animal e uma planta. O animal corresponde mais ao temperamento masculino, a planta mais ao da mulher, pois o seu desenvolvimento é mais tranquilo, tendo como princípio a unidade indeterminada da sensibilidade. Se as mulheres estiverem à frente do governo, o Estado estará em perigo, pois elas não agem segundo as exigências de universalidade, mas segundo as inclinações e as opiniões contingentes. A formação das mulheres ocorre, não se sabe ao certo como, mais por meio [...] das circunstâncias da vida do que pela aquisição de conhecimentos. Os homens, ao contrário, só se impõem pela conquista do pensamento e pelos numerosos esforços de ordem técnica (p.98)

Este conjunto de pensamentos que organizam uma ideologia carregada de interesses de dominação e preconceitos e formam um inconsciente coletivo também parecem ter origem nos estudos da biologia e da participação dos dois sexos (feminino e masculino) na reprodução, ainda que as crenças fossem influenciadas por mitos sociais.

Até o Renascimento, afirmava-se que o sexo da mulher é composto dos mesmos órgãos que o do homem, apenas dispostos de maneira diversa e por isso tentaram encontrar no corpo da mulher a justificativa de sua condição social por meio de oposições como interior versus exterior; sensibilidade versus razão; em cima versus embaixo; móvel versus imóvel; passividade versus atividade, muito provavelmente em alusão ao ato sexual.

Simone de Beauvoir, no livro “O Segundo Sexo” (1970), citou que Aristóteles imaginava que na produção do feto a mulher forneceria apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino, força, atividade, movimento, vida. A teoria aristotélica perpetuou-se através de toda a Idade Média e até a época moderna. Mesmo a partir de estudos com a invenção do microscópio, a partir do século XIX, e a descoberta da participação simétrica de ambos os sexos na reprodução com o reconhecimento do óvulo como um princípio ativo “os homens ainda tentaram opor sua inércia à agilidade do espermatozoide.

Beauvoir defende que “é, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia”. Dessa forma, o corpo biológico da mulher não a define: tem sentido através das ações na sociedade e de uma realidade vivida. Para a autora, “trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana”.

Estudos e teorias desenvolvidas sobre o tema posteriormente questionaram o estabelecimento de relações de dominação como não sendo naturais, determinadas biologicamente, e sim frutos de relações sociais concretas e históricas e determinadas por interesses construídos socialmente.

### *Quais seriam esses interesses na dominação feminina?*

A exploração e dominação das mulheres pode ser explicada a partir de diferentes interesses, como por exemplo:

- do ponto de vista econômico, as mulheres seriam produtoras de herdeiros, garantindo a reprodução do sistema de herança e da propriedade privada. Além disso, ela seria produtora de outros trabalhadores e de novas reprodutoras;
- do ponto de vista da apropriação do corpo feminino enquanto fonte de prazer, seja no casamento ou pela prostituição. A naturalização do uso sexual do corpo feminino como obrigação para satisfazer o “direito do homem” reflete a falta de autonomia das mulheres e o caráter de “propriedade” ou “coisa”;
- do ponto de vista da responsabilidade do cuidado corporal, material e afetivo com os membros da família, sejam eles crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e homens, sejam maridos ou pais.

Portanto, a ordem social colocada funciona como uma “máquina simbólica”, que tende a confirmar a dominação masculina de onde surge a divisão social do trabalho (falaremos mais sobre ela no capítulo 3 desta cartilha), distribuição restrita das “atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos”.

A este sistema de poder dos homens sobre as mulheres damos o nome de “patriarcado” Sylvia Walby, 1990, definiu patriarcado como um conjunto de práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram mulheres de diferentes formas, sejam elas: por meio do trabalho pago, da família, do Estado, da violência masculina, das instituições culturais e das atitudes em relação à sexualidade.

## Sugestão de leitura



Agora que já apresentamos alguns conceitos importantes que envolvem o tema “Desigualdade de Gênero”, sugerimos a leitura do artigo “BEAUVOIR, O PATRIARCADO E OS MITOS NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE HOMENS E MULHERES”, de Maria Luzia Miranda Álvares, publicado na REVISTA DO NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity em 2014.

Disponível em: <https://tinyurl.com/59ytj8zy>

TICKET



## Sugestão de filme



**Sinopse de AS SUFRAGISTAS (2015):** “O início da luta do movimento feminista e os métodos incomuns de batalha. A história das mulheres que enfrentaram seus limites na luta por igualdade e pelo direito de voto. Elas resistiam à opressão de forma passiva, mas, a partir do momento em que começaram a sofrer uma crescente agressão da polícia, decidiram se rebelar publicamente”.

A partir da leitura do artigo Beauvoir, o Patriarcado e os Mitos nas Relações de Poder entre Homens e Mulheres”, de Maria Luzia Miranda Álvares, produza um pequeno texto sobre o tema “O que define uma mulher?”, levando em consideração os conceitos expostos nesta cartilha e seus conhecimentos sobre o tema.

A professora e o professor também poderão promover um debate após a leitura prévia dos textos, pedindo que os alunos dividam com seus colegas suas anotações e o que considera mais relevante na construção do ser mulher.



# Proposta de ATIVIDADE

# Gênero e EPT no Brasil



Como vimos brevemente no capítulo 1, a história de colonização do Brasil e sua característica escravista influenciou fortemente no estabelecimento das relações sociais e, portanto, na educação e na formação profissional. Para Frigotto (2006), não há como analisar as políticas e experiências educacionais separadas do processo histórico e das práticas sociais.

### *A trajetória feminina na EPT brasileira*

Desde o início da colonização, a educação formal destinava-se apenas aos meninos. De acordo com Silva (2004), mesmo enquanto os jesuítas detinham o controle do ensino na colônia, existiam mestres que ensinavam aos meninos ler, escrever e fazer contas, às meninas era ensinado a costurar e outras prendas domésticas. Poucas mulheres conseguiam ser educadas em conventos, porém, mesmo neste contexto, o papel feminino era bem claro: **“As meninas limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro” (SILVA, 2004, p.132)**

Na fase pré-republicana, segundo Aranha (2006), a educação feminina começa a despertar maior interesse entre os mais inovadores, que defendiam oferecer às mulheres os estudos que antes só os homens tinham acesso. Apesar disso,

“Os mais conservadores, temendo o desmonte do sistema patriarcal e a dissolução da família, usavam como argumentos a natureza inferior da inteligência feminina e seu destino doméstico; outros, mais liberais, destacavam a importância da sua educação para o exercício da função de esposa e mãe; os mais avançados [...] percebiam que a educação da mulher exercia o papel central de um programa de reformas sociais (p.230)

Durante a primeira república e logo após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) começa uma mudança do modelo agrário do Brasil. As transformações econômicas e suas implicações sociais trouxeram também mudanças na forma de escolarização. O discurso era de necessária modernização na economia com a instrução da população, ainda que se tratasse de uma modernização excludente, pois mantinha as desigualdades de acesso à escola (Reis e Martinez, 2012).

Para as mesmas autoras, a finalidade de superação dos atrasos de um Brasil colonial por meio da formação profissional e de mão-de-obra perpassava pela intenção de civilizar as camadas populares com noções de moral, bons costumes,

higiene e cultura e de manter a ordem. Neste contexto, a instrução feminina ficava voltada para exclusivamente para o lar. **Há, no Brasil, portanto, marcante histórico de educação feminina para o serviço doméstico e a vida familiar.**

Nas primeiras décadas da República surgiram as primeiras escolas profissionais masculinas e gratuitas em cada capital de estado (exceto Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul): As Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs) se destinavam a atender apenas meninos de 10 a 13 anos. Conforme os apontamentos de Reis e Martinez (2012), “as iniciativas referentes à educação profissional feminina aconteceram posteriormente e a cargo dos Estados e do Distrito Federal”, ainda que tivessem como objetivo formar moças prendadas e para o lar.

Aranha (2006) aponta que, inspiradas nas ideias socialistas e anarquistas que influenciaram na formação de sindicatos e de grupos de defesa de trabalhadores, surgiram no início da República – as “escolas operárias” em quase todos os estados brasileiros. Essas escolas, que duravam pouco tempo e eram fechadas pela polícia por serem acusadas de propagar “ideologia exótica” e “perturbação da ordem”,

Introduziram a coeducação, por considerar saudável o convívio entre meninos e meninas, além de misturarem crianças de diversos segmentos sociais, para estimular a convivência entre eles. Defendiam a instrução científica e racional, a educação integral, e enfatizavam o ensino laico, combatendo inclusive toda forma de religiosidade. Evidentemente, também procediam à ampla politização do trabalhador (p. 301)

Reis e Martinez (2012) registram a criação de escolas profissionalizantes, inclusive femininas, na década de 1920. Entre elas a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, fundada em 1922. Uma escola pública, gratuita, sob regime de externato que ensinava artes e ofícios, organizada da seguinte forma:

Um currículo de três anos, compreendido por uma parte denominada Curso Geral (com disciplinas de português, aritmética, geografia, história pátria, física, química, higiene, economia doméstica e outras) e outra denominada curso técnico (com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha) (p.36)

Machado (2012) observa que as assimetrias de gênero se mantiveram fortes na organização do ensino industrial no governo de Getúlio Vargas. Neste modelo, as práticas educativas abarcavam “educação pré-militar para os alunos e educação doméstica para as alunas”, delimitando o espaço das mulheres nas escolas por meio da organização curricular. Além disso, o Decreto n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabelece em seu Art.5º, item 5, que “o direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá [...] trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado”. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) afirmam que esta relação não estava explícita no arcabouço legal, mas sobretudo nas práticas pedagógicas e cotidianas da escola:

“ Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filhas, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 125).

**As instituições de educação profissional, por conseguinte, contribuíram para as assimetrias de poder entre homens e mulheres sob o pretexto de preocupação com a saúde das mulheres e sua natureza frágil, delimitando o tipo de formação à qual teriam acesso, o que ratifica e evidencia o caráter sexuado das condições de inserção da mulher no ensino profissional, e, por consequência, a divisão sexual do trabalho (MACHADO, 2012).**

No período da República Populista, que vai desde a destituição de Getúlio Vargas do governo em 1945 até o golpe militar de 1964, o contexto era de invasão cultural e econômica dos Estados Unidos com a entrada de capital internacional e instalação de multinacionais do Brasil (Aranha, 2006). É neste período, no ano de 1948, que se iniciam as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

“Com relação às mulheres havia um clima de conflito, “pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar dessa sociedade que, em vários aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família” (OSTOS, 2012, p.325).

No período da ditadura militar (1964 a 1985) estava instaurado no Brasil um estado de medo e de ausência de estado de direito, o que provocou um prejuízo enorme na política, economia, cultura e educação. Cresce neste período a tendência tecnicista na educação, aplicando na escola o modelo empresarial baseado na “racionalização”. A escola estaria subordinada às exigências da sociedade industrial de modo a economizar tempo, esforços e custos, características próprias do capitalismo. (ARANHA, 2006).

Mesmo em um cenário de opressão e silenciamento das forças e vozes opositoras ao regime, o movimento feminista ganha força no Brasil frente às lutas de resistência, ainda que os homens representassem o centro de poder. Na Educação Profissional, além das áreas de profissionalização já propostas na LDB de 1961 (industrial, agrícola e comercial) foi acrescentada por meio da Lei n. 5.692/71 a “educação para o lar”, “herança extemporânea da “economia doméstica” das escolas agrotécnicas, que convergia com o tradicionalismo familiar ainda resistente no país” (CUNHA, 2014, p. 916).

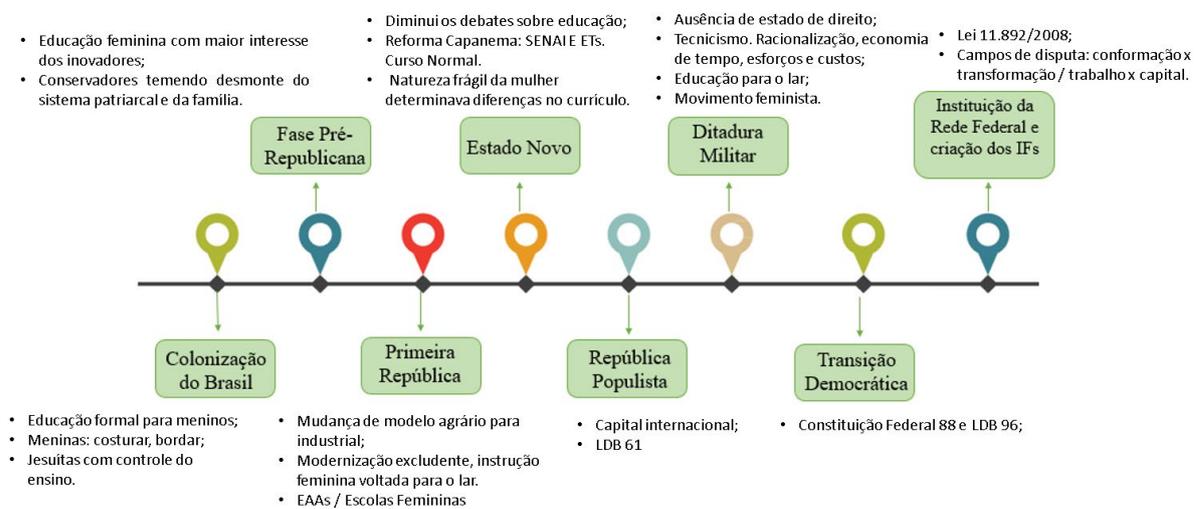
No governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei nº 11.892/2008 fica instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Em seu Art. 2º decide:

“Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

As dualidades históricas na Educação Profissional e Tecnológica são colocadas por muitos (as) os teóricos (as) que analisam as origens, a forma e as consequências destas dualidades na construção de uma sociedade e no desenvolvimento do país. Entre eles (as) Saviani (2007), Moura (2007), Ramos (2008), Ciavatta (2005), Araújo (2010), Nosella (2007), Frigotto (2006). Estes teóricos buscam discutir que a Educação Profissional “constitui campos de

disputa em que predominam abordagens de dois tipos: aquelas que buscam a conformação dos homens [e das mulheres] à realidade dada e outras que buscam a transformação social” (ARAÚJO e RODRIGUES, 2010, p.51, grifo nosso).

Além dos dualismos estruturais próprios da Educação Profissional é urgente superar as dualidades também de gênero e da divisão sexual do trabalho, ao concluir que em todas as épocas a escola foi seletiva e excludente para as mulheres. A figura a seguir apresenta uma linha do tempo com os períodos descritos neste capítulo, assim como as principais características de cada um deles.



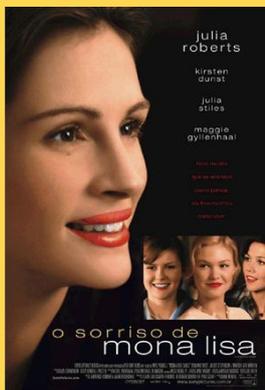
## Sugestão de leitura

Notícia “Apesar de avanços na educação brasileira em 20 anos, desigualdades começam nos anos iniciais e resistem nas etapas seguintes, mostra Ipea”. Jornal “O Globo”, de 06 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://tinyurl.com/2p9mpj2z>



## Sugestão de filme



**Sinopse de O SORRISO DE MONALISA (2003):** “Katherine Watson é uma recém-formanda da UCLA que foi contratada, em 1953, para lecionar História da Arte na prestigiosa Wellesley College, uma escola só para mulheres. Determinada a confrontar valores ultrapassados da sociedade e da instituição, Katherine inspira suas alunas tradicionais, incluindo Betty e Joan, a mudarem a vida das pessoas como futuras líderes que serão”.

# Proposta de ATIVIDADE

As alunas e alunos devem fazer a leitura da notícia do jornal “O Globo” em casa, assistir ao filme em sala de aula e promover um debate acerca do filme, relacionando o conteúdo apresentado na cartilha sobre a trajetória da mulher na educação e os dados apresentados na notícia, destacando os pontos que considerarem mais relevantes.



# Por que abordar gênero no contexto da EPT?



## *“A classe trabalhadora tem dois sexos?”*

Esta afirmação, inspirada em Souza-Lobo (2011) com a expressão original com a mesma sentença, parte da observação de que as mulheres estão em postos de trabalho mais precarizados e na informalidade. Cisne (2014) afirma que há desigualdade entre homens e mulheres de uma mesma classe, da jornada intensa de trabalho, da desvalorização do trabalho doméstico e reprodutivo e da pior remuneração das mulheres em relação aos homens. Para Souza-Lobo, negar a dimensão do sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital. Assim,

“ Se a eliminação das mulheres como sujeito social e histórico está na raiz e é parte integrante do discurso econômico (Vandelac,1982) e o discurso econômico está construído para ser geral, o problema que se coloca é o de evitar a armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas “específicas”, como se existissem relações de trabalho neutras e relações de trabalho no feminino (Souza-Lobo, 2011, p. 163)

Segundo Cisne (2014), é preciso deixar claro que a apreciação da categoria da mulher no mundo do trabalho não é, portanto, uma questão de ordem gramatical ou linguística, mas sim de afirmação de uma exploração muito mais clara que a dos homens trabalhadores, e que isso atende absolutamente aos interesses dominantes. A classe, portanto, não é homogênea: tem raça, etnia e gênero.

Apesar das diferenças entre as ocupações destinadas aos gêneros terem sido tangenciado por teóricos da sociologia e antropologia anteriormente, o termo Divisão Sexual do Trabalho ganha força e expressividade na França no início dos anos de 1970 a partir do impulso dos movimentos feministas que buscavam não apenas para denunciar as desigualdades, mas para repensar o trabalho.

**“A Divisão Sexual do Trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599).**

Para estas autoras, a divisão sexual do trabalho se organiza em dois princípios: o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o hierárquico (o trabalho do homem vale mais, ou é mais importante, que o trabalho da mulher).

## *Desafios para a promoção da equidade de gênero no contexto da EPT e no mundo do trabalho*

Os homens sempre pertenceram ao domínio público, pois era quem trabalhava “fora” e desempenhava o papel de provedor da família, enquanto as mulheres ficavam restritas ao domínio privado, cuidando do lar e dos filhos. Como vimos no capítulo 1, durante muito tempo, houve o entendimento de que a delimitação desses espaços era um destino natural - ou uma fatalidade biológica - baseado em estereótipos que associam características dos sexos como determinismos biológicos ao tipo de trabalho.

**Assim, para Hirata (1995) a masculinidade ou virilidade sempre foi associada ao trabalho pesado, sujo, insalubre, perigoso e racional, enquanto a feminilidade foi associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência, minúcia, cuidado e sentimentalismo. As atividades reservadas aos homens eram aquelas que geravam retornos econômicos, o trabalho remunerado, produtivo, e, portanto, de prestígio; às mulheres restava o trabalho doméstico, reprodutivo, de menor importância e qualidade, não remunerados e de pouco valor social.**

Para Hirata e Kergoat (2007), a Divisão Sexual do Trabalho pode se apresentar de quatro maneiras distintas:

- (1) tradicional, com mulheres cuidadoras e homens provedores;
- (2) de conciliação, onde as mulheres buscam conciliar suas atividades profissionais com as atividades domésticas e familiares, ainda que haja uma natureza de conflito e tensão na simultaneidade destas obrigações;
- (3) de parceria, onde as mulheres e homens compartilham igualmente os cuidados com a família e os cuidados domésticos, o que raramente acontece ao observar os dados estatísticos de compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres, e
- (4) de delegação, onde as mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas e de cuidado com os filhos.

As autoras apontam a ocorrência dos quatro tipos, muito embora elas possam incidir em intensidades diferentes. Por exemplo, a forma de conciliação tem tomado mais espaço em relação à forma tradicional pelo fato de as mulheres estarem trabalhando mais fora de casa, enquanto o modelo de delegação só é possível para mulheres de classe média e alta. Às mulheres pobres, maior parte da população brasileira, não é possível o pagamento pelo serviço doméstico e de cuidados com os filhos onde incluiriam as faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras.

De fato, a participação das mulheres no mundo do trabalho vem aumentando a partir dos anos de 1970, no entanto essa inserção é marcada por progressos e atrasos. Para Bruschini (2007), se por um lado há conquista de bons empregos carreiras e profissões de prestígio e cargos de gerência e diretoria por parte de mulheres escolarizadas, por outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Além disso, segundo a mesma autora, permanecem sob responsabilidade das mulheres as atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

Souza e Guedes (2016) lembram de fatores importantes na dificuldade de consolidação da mulher nos espaços produtivos, especialmente de mulheres pobres: não existem, no Brasil, instituições públicas como creches que possam dar conta de atender todas as crianças desde a tenra idade e nem escolas de tempo integral gratuitas que possam cuidar e promover educação para crianças de todas as faixas etárias enquanto as mães cumprem sua jornada de trabalho. Ou seja, além dessas mulheres estarem ocupadas economicamente, ainda estão sobrecarregadas com atividades que deveriam ser compartilhadas por todos, incluindo o Estado- que utiliza o trabalho doméstico e familiar feminino para suprir a falta de políticas sociais e a oferta de serviços (Souza e Guedes 2016 p.128 apud Fontoura et al., 2010) – e os homens. Sorj (2004) demonstra que os homens se envolvem em atividades que tem interseção entre espaço público e privado, como levar os filhos ao médico ou ir ao supermercado, em oposição às atividades manuais ou rotineiras: limpar a casa ou lavar a roupa. Fica evidente, portanto, a pouca ou nenhuma mudança das relações desiguais dentro e fora do lar.

Neste contexto, se estabelece na classe trabalhadora uma hierarquia muito clara de desigualdade social, que segue: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Dados do IBGE (2009) demonstram que não houve melhoria expressiva de 2003 para 2009 nos rendimentos das mulheres com relação aos dos homens. A mesma pesquisa demonstra também que mulheres negras ganhavam 36,5% dos homens brancos e eram, 48,4% das mulheres ocupadas em situações precárias, enquanto mulheres brancas eram 34,3%.

Estas transformações no perfil da População Economicamente Ativa (PEA) são influenciadas pela mudança dos padrões culturais, mesmo que a passos lentos sobre o papel social da mulher. São influenciadas também pelo aumento da escolaridade da mulher e pelo ingresso nas universidades. Antunes (1999) aponta que:

“As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109, grifo nosso)

Bruschini (2007) afirma que no ensino profissional, especialmente ensino técnico, as taxas de conclusão das mulheres são bastante elevadas nas áreas de serviço, sobretudo na Saúde e nas Artes. A autora continua apontando uma tendência de consolidação destas escolhas (no ensino técnico) para o ensino superior e depois, no mercado de trabalho, no qual “as mulheres predominam no setor de Serviços”. Dados do Censo da Educação Superior de 2005 confirmam que as escolhas das mulheres continuam a recair sobre áreas tradicionalmente femininas: Educação (81%); Saúde e Bem-Estar Social (74%); Humanidades e Artes (65%).

Por outro lado, a mesma pesquisa revela que a parcela feminina em “guetos” masculinos nas universidades, como engenharia, produção e construção aumentou de 26% para 30% no período de 1999 a 2005. Nesse sentido, mulheres instruídas passam a exercer, além de magistério e enfermagem, campos profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e a engenharia, habitual reduto masculino (Bruschini 2007).

Rosemberg (2001) corrobora com estes dados ao afirmar que o Brasil naquele ano apresentava situação semelhante à de países desenvolvidos, tendo por um lado melhor progressão das mulheres na escola, mas associada a uma persistente separação de masculino-feminino entre os ramos do ensino. Na pesquisa, ela dá o exemplo da educação, setor que detinha mais de 80% da força de trabalho feminina. E aponta:

“São bem poucas as pesquisas recentes [...] contribuindo para a compreensão dessas tendências da educação formal de homens e mulheres: uma tendência menos intensa ao maior êxito de mulheres no sistema de ensino; a permanência de carreiras fortemente guetizadas; a desvalorização da função do magistério, especialmente, no ensino básico, atividade exercida quase que exclusivamente por mulheres; a manutenção de práticas sexistas na escola; a discriminação salarial das mulheres associada a sua melhor qualificação educacional. (ROSEMBERG, 2001, p.526)

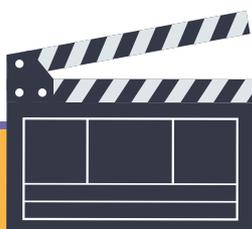
O Brasil vem, portanto, aumentando as taxas de participação das mulheres na educação – ainda que exista um recorte importante de raça nas estatísticas - porém como defende Rosemberg (2001), “o modelo linear de dominação de gênero obscurece esse triunfalismo” ao afirmar que os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens, mantendo o acesso das mulheres à escola e ao mundo do trabalho balizados pelos parâmetros estabelecidos pela desigualdade de gênero.

### Sugestão de leitura

Reportagem “Os estereótipos de gênero afetam o que as meninas e os meninos escolhem como profissão no futuro”, do El País, de 04 de janeiro de 2019.

“Impor clichês de gênero na sociedade limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades. Das garotas que chegam à universidade, só um terço opta por ciências”

**Disponível em:** [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/10/actualidad/1528661907\\_969674.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/10/actualidad/1528661907_969674.html)



### Sugestão de filme

**Sinopse de TERRA FRIA (2005):** Mãe solteira, Josey Aimes, é parte do grupo das primeiras mulheres a trabalharem em minas de ferro, em Minnesota. Os homens ficam ofendidos por terem que trabalhar com mulheres. Assim, trabalhadores das minas em Eveleth, submetem Josey a assédio sexual. Consternada com o fluxo constante de insultos, linguagem sexual explícita, e abuso físico, ela decide, apesar de ser advertida pela família e amigos, abrir uma histórica ação judicial contra assédio sexual.



## Sugestão de filme



**Sinopse de REVOLUÇÃO EM DAGENHAM (2010):** Rita O’Grady trabalha para a Companhia Ford Motors, em Dagenham, Reino Unido. Cansadas do tratamento que as mulheres recebem na empresa, Rita, junto com as demais trabalhadoras, encoraja e lidera um manifesto contra a discriminação e o machismo.



# Proposta de ATIVIDADE



Em sala de aula, após a leitura do material disponibilizado nesta cartilha e uma sessão de exibição de um dos filmes indicados anteriormente, os alunos devem ser levados a refletir em conjunto com seus colegas sobre os aspectos a divisão sexual do trabalho nas suas realidades.

A professora e o professor poderão levantar as seguintes questões para o debate: Você consegue identificar uma divisão de tarefas entre homens e mulheres que vivem na mesma casa? Você acha que meninos são criados para desempenhar determinadas funções enquanto as meninas são criadas para desempenhar outras? Que funções seriam essas? Você acredita que as mulheres ficam sobrecarregadas nas suas tarefas domésticas/familiares e que isso influencia no trabalho remunerado, fora de casa?

# Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, M.L. de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3. ed. – ver e ampl. – São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, R.N. de L.; RODRIGUES, D. do S. Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: o Velho Travestido de Novo Frente ao Efetivamente Novo. B. Técnico Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio / ago. 2010.

BEAUVOIR, S. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1970

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

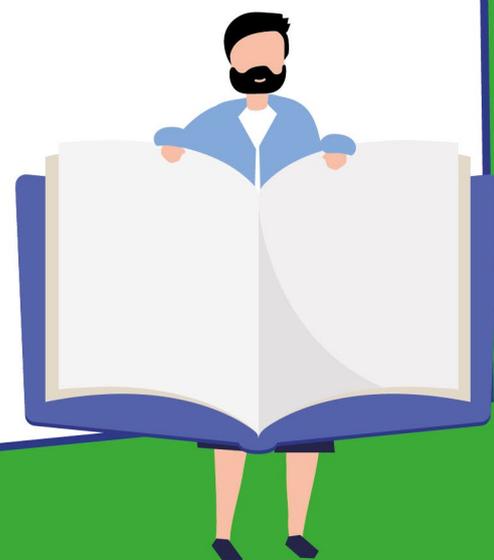
BRUSCHINI, C. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. 2007.

ClAVATTA, M. A Formação Integrada. A Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. Trabalho Necessário, ano 3 número 3, 2005.

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2014

CUNHA, L.A. Ensino Profissional: o Grande Fracasso da Ditadura. Cadernos de Pesquisa v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014.

Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios / Gaudêncio Frigotto (Organizador). – Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.



HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2009. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>. Acesso em 02/10/2019.

JUNQUEIRA, R.D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. vol. 18. no 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

MACHADO, M.L.B. Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930-1960): Uma Análise à Luz das Reflexões Teórico- Metodológicas de Lucie Tanguy. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

MOURA, D.H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

NOSELLA, P. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da Formação Politécnica. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

OSTOS, N.S.C. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Cadernos Pagu (39), julho-dezembro de 2012:313-343.

SORJ, Bila. “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”. In: COSTA, Albertina; MARTINS, Ângela Maria; FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa (Orgs.). Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004. p. 119-140.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!” O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>

SOUZA, L; GUEDES, D. A Desigual Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar sobre a Última Década. Estudos Avançados vol.30 no.87 São Paulo May./Aug. 2016

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008.

REIS, F., MARTINEZ, S.A. O Ensino Profissional Feminino no Brasil: Uma Análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). Número temático: Desenho e Educação: Cultura Visual e Cidade. A Cor das Letras — UEFS, n. 13, 2012

ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. Estudos Feministas, Ano 9. 2001.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991

SILVA, M.B.N. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia”, in Maria Stephanou e Maria Helena Camara Barros (Orgs.), Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, v. I: Séculos XVI-XVIII, 2004, p.131-135.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. R. Tempos de Capanema. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984- 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

WALBY, Sylvia. Theorizing Patriarchy. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1990.



**PROFEPT**

MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA